— que a justificação da preferência dada aos reclamantes, que só às condições e bases do concurso, se sujeitaram, estava no maior preço oferecido pois que se prestavam ao pagamento de \$2(5) por cada litro de água, emquanto que os reclamados ofereciam \$02;

— que a maior oferta, em escudos para as obras a realizar, segundo as condições 4.^a e 5.^a do concurso, muito longe estavam de compensar o considerável prejuízo que para o Município resultaria da diferença dos preços oferecidos de \$05 para \$05(2) durante o período de cinquenta anos;

Mostra-se que pela sentença de fl. . . ., o juiz auditor desatendeu o recurso, confirmando a reclamada deliberação da Câmara, vindo daquela sentença o presente recurso, com as alegações finais por parte dos recorrentes e recorridos;

O que visto, o mais dos autos, ouvido o Ministério Público, sendo as partes legítimas e o recurso interposto em tempo:

Considerando que a expressa disposição do n.º 31.º do artigo 94.º do Código de 1 de Agosto de 1913 pelo qual é das atribuições das câmaras municipais conhecer dos actos das comissões executivas;

Considerando que não é permitido aos tribunais do contencioso administrativo julgar principal ou acidentalmente sobre a conveniência das deliberações dos corpos e corporações administrativas, salvo quando proferidas por estações incompetentes, ou em assuntos que não estejam sujeitos à jurisdição tutelar ou com violação das leis e regulamentos administrativos (artigo 326.º do Código Administrativo de 1896):

Hei por bem, sob proposta do Ministro do Interior, e conformando-me com a presente consulta, decretar o improvimento do recurso, confirmando a sentença recorrida.

O Ministro do Interior assim o faça imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, e publicada em 12 de Agosto de 1915. — *Joaquim Teófilo Braga* — *José Augusto Ferreira da Silva*.

DECRETO N.º 1:823

Sendo-me presente a consulta do Supremo Tribunal Administrativo, acerca do recurso n.º 15:213, em que é recorrente a Comissão Executiva da Câmara Municipal do concelho de Portalegre, e recorrido o secretário geral do Governo Civil do distrito de Portalegre, e de que foi relator e vogal efectivo, Dr. Manuel Pais de Vilas Boas:

Contra a deliberação da Câmara Municipal do concelho de Portalegre, tomada em sessão de 20 de Abril de 1914, em virtude da qual comunicou ao governador civil do distrito que não aceitava a doutrina da circular n.º 227, sobre o provimento de vagas que se dessem no quadro dos corpos administrativos, por a julgar atentatória da autonomia municipal que o novo Código Administrativo lhe concede, estando na intenção de não cumprir as disposições contidas na mesma circular; reclamou o agente do Ministério Público para o juiz auditor, alegando que ela importava desacato das disposições do decreto de 10 de Janeiro de 1895, e fora tomada contra os expressos preceitos da lei, pois, como tinha afirmado a Procuradoria-Geral da República, as disposições do citado decreto, como as da lei de 14 de Junho de 1913, não importavam actos de tutela, mas de administração geral, determinadas pela necessidade da bem atendida economia, que interessa ao bem público, devendo ser considerado em vigor (documento de fl. . . .) o citado decreto de 1895, como os artigos 55.º e 438.º do Código Administrativo de 1896.

Da sentença do juiz auditor que atendeu a reclamação, anulando a deliberação reclamada, vem o presente recurso com as alegações finais;

O que visto e ponderado, sendo as partes legítimas e

o recurso interposto em tempo, ouvido o Ministério Público:

Considerando que na reclamação do agente do Ministério Público, junto da auditoria, se não versa caso definido, concreto, que importa inobservância de lei, nem ofensa de direitos, não cabendo aos tribunais administrativos resolver sobre teses de direito que não podem ser objecto de reclamação de recurso:

Hei por bem, sobre proposta do Ministro do Interior, e conformando-me com a mesma consulta, revogar a sentença recorrida, concedendo provimento no recurso, para ficar sem efeito o processo.

O Ministro do Interior assim o faça imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 12 de Agosto de 1915. — *Joaquim Teófilo Braga* — *José Augusto Ferreira da Silva*.

Direcção Geral de Saúde

DECRETO N.º 1:824

Convindo inscrever, nas tabelas anexas ao decreto de 21 de Outubro de 1863, os estabelecimentos industriais destinados à produção de azeite extraído do bagaço da azeitona por meio de processos químicos;

Vistas as informações oficiais, o decreto n.º 828 sobre consulta do Supremo Tribunal Administrativo de 3 de Setembro de 1914 e o parecer unânime do Conselho Superior de Higiene, e usando da faculdade conferida ao Governo pelo n.º 1.º do artigo 3.º do citado decreto:

Hei por bem, sob proposta do Ministro do Interior, determinar que as fábricas destinadas à produção de azeite extraído do bagaço da azeitona sejam consideradas como estabelecimentos industriais insalubres, incómodos ou perigosos de 1.^a classe, inscrevendo-se na respectiva tabela anexa ao decreto de 21 de Outubro de 1863, com a rubrica:

Bagaço de azeitona (fábrica de extracção de azeite, por agentes químicos, do) — com os inconvenientes de incómodo, nocividade, risco de incêndio e de explosão.

Dado nos Paços do Governo da República em 7, e publicado em 12 de Agosto de 1915. — *Joaquim Teófilo Braga* — *José Augusto Ferreira da Silva*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Contabilidade Pública

2.ª Repartição

Por ter saído com inexactidões, novamente se publica o seguinte:

DECRETO N.º 1:807

Sob proposta do Ministro das Finanças e usando da faculdade concedida ao Governo na alínea a) do artigo 3.º da lei orçamental do Ministério das Finanças n.º 220, de 30 de Junho de 1914, e de harmonia com o disposto na alínea b) do artigo 3.º da lei de 29 de Abril de 1913: hei por bem decretar, tendo ouvido o Conselho de Ministros, que no Ministério das Finanças, guardadas as prescrições consignadas no artigo 1.º do decreto n.º 2 de 15 de Dezembro de 1894, seja aberto um crédito especial a favor do mesmo Ministério e bem assim dos Ministérios do Interior, da Guerra e de Instrução Pública da quantia de 100.318\$42 devidamente registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública para se poder ocorrer oportunamente ao pagamento das facturas, em dívida, de impressos fornecidos pela Imprensa Nacional aos citados Ministérios nos anos económicos de 1910-1911 (a partir de 5 de Outubro de 1910), 1911-1912, 1912-1913 e 1913-1914, reforçando, para esse fim, as verbas descritas nos respectivos orçamentos, conforme o mapa junto que baixa assinado pelos Ministros das Finanças, do Interior, da Guerra e de Instrução Pública e que faz parte